

O BANCÁRIO

O único jornal diário dos movimentos sociais no país

Edição Diária 8176 | Salvador, quinta-feira, 10.06.2021

Presidente Augusto Vasconcelos

JOÃO UBALDO

Mais uma vez, governo atua para beneficiar os bancos

Página 2



VACINAÇÃO

Luta ganha força

A mobilização dos bancários pela vacinação tem repercussão no Congresso Nacional. Quanto mais segmentos abraçam o pleito, mais força a luta ganha. É inadmissível que a categoria tenha sido excluída do PNI, mesmo prestando serviço essencial.

Página 3



Sindicato segue na luta para garantir a vacinação da categoria



Trabalho infantil ainda é uma realidade no Brasil

Página 4

Governo atua para beneficiar os banqueiros

O objetivo é transferir os fundos de pensão aos bancos privados

ANA BEATRIZ LEAL
imprensa@bancariosbahia.org.br

SOB a batuta de Paulo Guedes, o Ministério da Economia atua para esvaziar os fundos de pensão fechados, ou seja, patrocinados por empresas privadas, estatais e órgãos públicos para o quadro de funcionários, a fim de beneficiar o sistema financeiro.

O real intuito é facilitar a transferência para a gestão de bancos e seguradoras, de mais de R\$ 1 trilhão acumulados pelos 290 fundos de pensão fechados que existem. É importante dizer que 63% desse patrimônio pertencem aos fundos patrocinados por empresas estatais e entes públicos.

Hoje os bancos cobram uma taxa de administração média de 1,25% ao ano sobre o patrimônio de seus planos de previdência privada. A gestão do R\$ 1 trilhão dos fundos fechados renderia ao setor bancário R\$ 12,5 bilhões ao ano.

O governo Bolsonaro não

esconde de ninguém que beneficia o sistema financeiro. A reforma da Previdência, por exemplo, deu um passo decisivo a favor dos bancos. Foi incluído na Constituição Federal a possibilidade de administrar os planos de previdência dos servidores públicos. Para dar o golpe final, falta somente alterar as leis complementares 108 e 109 de 2002, que regem a previdência complementar.

As mudanças, no entanto, não estão restritas aos planos de previdência dos servidores. O governo aproveita para atacar também os planos patrocinados por empresas públicas ou de economia mista, a exemplo da Previ, Funcef, Petros e Postalis.

Guedes e Bolsonaro querem afastar os participantes de qualquer interferência na gestão do próprio patrimônio, da aposentadoria e de direitos. Hoje, o que garante proteção aos participantes é a gestão paritária conquistada depois de muita luta em fundos como a Previ e Funcef, onde os trabalhadores elegem parte da diretoria e dos conselhos deliberativo e fiscal.



Sindicato realiza reunião no Planserv sobre o caso Baneb

APÓS solicitação da Comissão dos Aposentados do Baneb ao Sindicato dos Bancários da Bahia, para que fossem incluídos no Planserv, o presidente da entidade, Augusto Vasconcelos, esteve em contato com a coordenadora de relacionamento com o beneficiário do plano, Aline Coelho, e também o secretário de Administração, Edelvino Góes, para tratar da demanda.

Ambos deixaram claro que a inclusão dos aposentados, pela atual legislação, deve seguir dois critérios. O primeiro exige que o ex-empregado tenha se aposentado pelo Baneb, enquanto o referido banco integrava a administração pública indireta.

O segundo critério estabelece que o ex-funcionário tenha sido Planserv na atividade e, atualmente, após reconsideração da PGE (Procuradoria Geral do Estado), há

possibilidade de ingresso daqueles não foram Planserv na atividade desde que tenham formalizado a solicitação até o dia 26 de outubro de 2020, ou seja, 5 anos após a data da vigência da Lei 13.450/2015.

O Sindicato insiste para que os critérios sejam expandidos. Mas o Planserv alega que depende de uma alteração legislativa. A entidade vai buscar diálogo na Assembleia Legislativa, para tentar fazer alteração na legislação.

Augusto Vasconcelos lembra que tem circulado nas redes sociais a informação falsa que é necessário ligar para o Sindicato para se cadastrar. Mas isso não procede, até porque o acesso ao Planserv ainda não está assegurado. A entidade está na luta para que isso aconteça. Caso consiga, o SBBA vai divulgar amplamente nos canais de comunicação oficial, site, aplicativo e redes sociais.

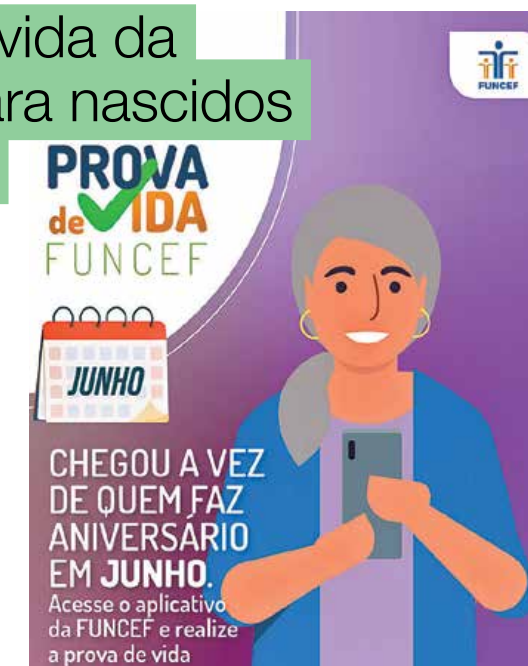
Prova de vida da Funcef para nascidos em junho

OS APOSENTADOS e pensionistas da Funcef nascidos em junho devem realizar a prova de vida. O procedimento deve ser feito até o dia 30 deste mês, no aplicativo da Fundação. No caso dos pensionistas, é considerada a data de nascimento do titular do plano.

O processo é obrigatório para todos os aposentados e pensionistas, inclusive os que recebem no convênio INSS/Caixa/Funcef. Para realizar o procedimen-

to, o usuário deve acessar o aplicativo da Fundação.

Vale lembrar que a não realização da prova de vida pode gerar a suspensão do benefício.



Protocolos e teletrabalho em debate

OS PROTOCOLOS sanitários contra a Covid-19 nos bancos e a organização da pesquisa sobre teletrabalho e coronavírus estarão no centro do debate, amanhã, quando acontece reunião do Comando Nacional dos Bancários. A discussão ocorre por videoconferência, às 10h.

Outra pauta do encontro é a reunião com o governo federal, que acontece na terça-feira, em Brasília, sobre a inclusão da categoria no PNI (Plano Nacional de Imunização). A audiência é fruto da grande mobilização dos bancários, sobretudo os da Bahia e Sergipe, que chegaram a aprovar uma greve de 24 horas para cobrar a vacinação dos trabalhadores das agências.

Comando dos Bancários discute os protocolos contra a Covid-19 nas agências



MANUEL POFFIO

A luta dos bancários repercute no Congresso

Pleito justo da categoria ganha apoio também dos deputados

REDAÇÃO
imprensa@bancariosbahia.org.br

A LUTA dos bancários pela inclusão no grupo prioritário de imunização contra a Covid-19 tem ganhado cada vez mais força. A mobilização da categoria, que trabalha na linha de frente há 15 meses, repercute também no Congresso Nacional.

O deputado federal Daniel Almeida (PC-doB-BA) prestou apoio à luta dos trabalhadores em defesa da vacina e da vida. Destacou ainda a alta exposição dos bancários à Covid-19 e a necessidade de todos os trabalhadores que estão na linha de frente terem acesso à imunização prioritária.

Graças à intensa mobilização, a categoria conseguiu uma audiência com o governo federal, na terça-feira, para tratar sobre a vacinação dos trabalhadores das agências. A reunião acontece na Secretaria Especial de Previdência e Trabalho e terá a participação da Fenaban (Federação Nacional dos Bancos) e da Febraban (Federação Brasileira dos Bancos), que prometem empenho.

Os bancários não pararam desde o início da pandemia. Inclusive, as agências continuam abertas quando governos e municípios precisam restringir as atividades econômicas, fechando todo o comércio, para reduzir o índice de contaminação e de hospitalização por Covid-19.

Há casos de unidades que vivem lotadas, principalmente da Caixa, responsável por realizar o pagamento do auxílio emergencial para milhões de brasileiros. A média de atendimento chega perto de 1 mil por dia. Os dados ajudam a explicar a explosão de desligamento por óbito nos bancos no primeiro trimestre do ano. Entre janeiro e março de 2020 foram 55 casos. No mesmo período de 2021 foram 152, o que significa um aumento assustador de 276,4%.

SEEB CAMAÇARI

Em Camaçari, mais pressão por vacina

O SINDICATO dos Bancários de Camaçari também está empenhado em garantir a imunização dos trabalhadores das agências contra a Covid-19, o mais rápido possível. Em reunião com a Secretaria de Saúde do Município, os diretores da entidade apresentaram dados sobre contaminação na categoria.

A diretora de Vigilância à Saúde, Alcione Vasconcelos, se comprometeu em defender a inclusão dos trabalhadores das agências no grupo prioritário para vacinação, na próxima reunião da CIB (Comissão Intergestores Bipartite), responsável por decidir a questão.

Importante destacar que o Sindicato dos Bancários da Bahia e a Federação da Bahia e Sergipe garantiram, depois de forte mobilização, uma audiência com



Sindicato dos Bancários de Camaçari se reúne com Secretaria de Saúde e pede vacinação da categoria

o governo federal, na terça-feira, para tratar da inclusão da categoria no PNI (Plano Nacional de Imunização).

Em Camaçari, participaram da reu-

nião, a presidente do Sindicato, Thaise Mascarenhas, o vice-presidente Ronaldo Nascimento, e o diretor de Saúde, Valdoberto Peixoto.

Brasil tem 1,8 milhão de crianças trabalhando

Crise agrava a situação de exploração

ROSE LIMA
imprensa@bancariosbahia.org.br

SÁBADO é o Dia Mundial contra o Trabalho Infantil. No Brasil, cerca de 1,8 milhão de crianças e adolescentes, com idades entre 5 e 17 anos, estão em situação de trabalho infantil, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 2020. Desses, 706 mil estavam em ocupações classificadas entre as piores formas de trabalho.

Ainda de acordo com a pesquisa, 4,6% das crianças brasileiras estão nessa situação. Entre elas, 66,1% são pretas ou pardas, o que evidencia o racismo como causa estruturante da grave violação de direitos. Os desafios do país para erradicar o trabalho infantil são muitos e o governo federal nada faz. Pelo contrário. O presidente Jair Bolsonaro deu várias declarações em defesa do trabalho na infância. Um verdadeiro crime.

Segundo números do Sinan (Sistema Nacional de Agravos de Notificação), do Ministério da Saúde, entre 2007 e 2020 ocorreram 29.785 acidentes graves de trabalho envolvendo crianças e adolescentes, 290 fatais. No mesmo período, houve 49.254 notificações de agravos à saúde afetando pessoas com idades entre 5 e 17 anos. Apesar de preocupantes, os números são ainda maiores, pois o Ministério admite que há subnotificação.

A crise gerada pela Covid-19 piora o cenário. Com o aumento da pobreza e da vulnerabilidade das famílias de baixa renda, mais crianças são obrigadas a trabalhar. Lamentavelmente.



O racismo estrutural contribuiu para a naturalização do trabalho infantil no país



Preço da cesta básica subiu no país quase todo

Salário mínimo ideal muito longe do real

NO BRASIL, tudo aumenta, menos a renda. Em maio, o salário mínimo para sustentar uma família de quatro pessoas deveria ter sido de R\$ 5.351,11. O valor é 4,86 vezes o que é pago atualmente, de R\$ 1.100,00.

Os dados são da Pesquisa Nacional da Cesta Básica, do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). O levantamento mostra ainda elevação no preço da cesta básica em quase todas as capitais analisadas. A cesta mais cara foi verificada em Porto Alegre, de R\$ 636,96.

As famílias já não sabem mais o que fazer com o custo de vida tão alto e o governo Bolsonaro deixa bem claro que não está nem aí para a carístia no país.



SAQUE

Rogaciano Medeiros

OUTRO CRIME O caso do falso relatório do TCU sobre supernotificação de mortes por Covid, que Bolsonaro espalhou e fez proselitismo político, é mais uma *fake news* criminoso, que atinge a nação e a República. Inaceitável. O presidente mentir, descaradamente, usando uma instituição, para tirar proveitos eleitorais. Mais um ato antidemocrático bolsonarista. E a PGR omissa.

TERRA REDONDA Muita burrice. É confiar demais na impunidade. Óbvio que o texto, não um relatório, produzido por conta própria do auditor do TCU Alexandre Marques, bolsonarista conhecido, seria logo desmascarado, pelo conteúdo explosivo, de supernotificação nas mortes por Covid, quando a ciência aponta justamente o contrário. A sociedade não é imbecil, não crê em terra plana.

VALE TUDO Além de causar indignação, o falso relatório do TCU, usado por Bolsonaro para atacar a CPI da Covid, governadores, prefeitos, a oposição e a mídia, deixa claro que a extrema direita está desesperada. Sente o consenso nacional que se forma para derrotá-la nas urnas. Por isso mesmo vai apelar a qualquer artifício, por mais inescrupuloso e perigoso que seja, para salvar a reeleição. Vai piorar.

É INADIÁVEL Em entrevista, o ex-ministro José Dirceu toca em uma questão delicada que, no caso de a resistência democrática vencer o neofascismo bolsonarista nas urnas, na eleição do próximo ano, precisa encarar sem medo. Urgentemente. É a redefinição do papel das Forças Armadas, inclusive com a extinção do artigo 142 da Constituição. Tema vital para a consolidação da democracia.

EM IMPEDIMENTO A judicialização da política é sempre ruim para a democracia, mas com um governo tão estúpido e insano, não há outra opção. Em sessão extraordinária, o pleno do STF julga hoje o pedido de suspensão da Copa América, prevista para começar domingo. O ideal seria o veto, mas a tendência é a liberação, com restrições e protocolos rígidos. Gol contra.